

# OS DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS ISOLADAS DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

*Daniel Roberto Jung*

*Gilda Souza Brasileiro de Almeida e Moraes*

*Úrsula Kikoler Sobral*

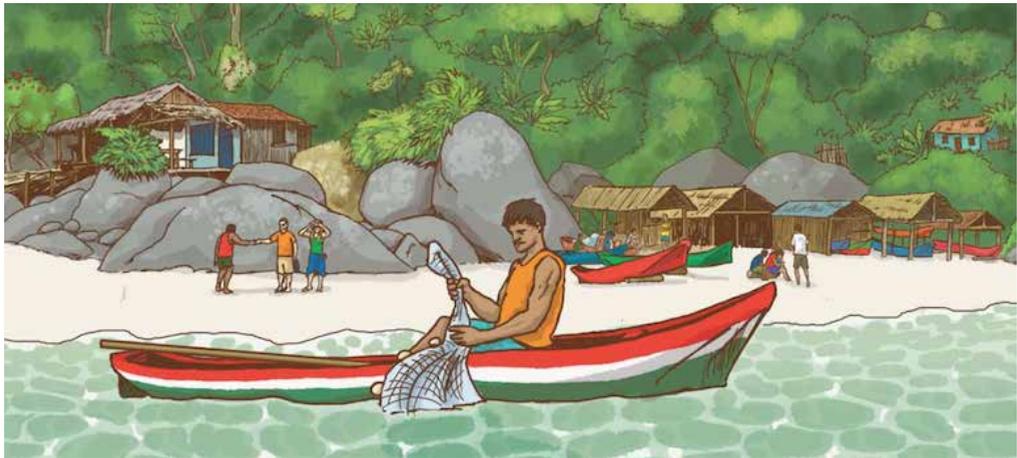
**RESUMO:** As comunidades tradicionais isoladas existentes no Litoral Norte de São Paulo se constituem por sistemas complexos de saberes, ritos e tradições de importante valor cultural e social. Em algumas comunidades, existem escolas que atendem crianças e jovens com ensino público de diferentes níveis escolares. Esses jovens têm os mesmos direitos que todo estudante de escola pública tem, incluindo o direito a uma alimentação escolar de qualidade. Para prover essa alimentação, diversos desafios devem ser superados pelo poder público local, sendo o principal dele a logística de transporte e preparo desses alimentos. Este trabalho buscou analisar a estrutura existente em cada uma das comunidades tradicionais isoladas do Litoral Norte e traçar uma análise descritiva dos aspectos culturais que influenciam a alimentação escolar, além dos desafios logísticos em oferecer uma alimentação adequada e que atenda ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação Escolar, Comunidades Tradicionais Isoladas, Litoral Norte de São Paulo.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Os costumes e tradições caiçaras e sua relação com o alimento

**Figura 1** – Ilustração de pescador, Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária



Fonte: © Instituto EcoBrasil.

A comida dentro dos costumes e tradições de um povo tradicional revela a memória social, a sua identidade, a consciência de seu passado histórico e a sua trajetória na memória coletiva.

A região do Litoral Norte Paulista é pluriétnica, com segmentos populacionais distintos, ou seja, um verdadeiro mosaico populacional e alimentar que se entrecruzaram em tempos remotos neste território devido à presença do mar, uma larga fonte de alimento, que posteriormente eram elaboradas as comidas, conforme as suas tradições.

A ocupação humana na região sempre se deu de forma heterogênea, principalmente nos tempos modernos com a segunda habitação para os veranistas, e hoje, ainda se pode observar que as áreas mais afetadas são as destinadas às comunidades tradicionais, que sofrem por um lado, pelas restrições da Mata Atlântica, que tem como objetivo salvaguardar a floresta tropical e sua biodiversidade, além de proteger os mananciais de água para a população. Por outro lado, a construção civil tende a ser cada vez mais agressiva, invadindo esses espaços e descaracterizando-os, além de alterarem a paisagem, o que causa graves problemas para os moradores. Outra grande influência que se deu foi a construção da BR-101/SP-055 em meados do século XX.

Os primeiros habitantes da região caracterizavam-se como pescadores, caçadores e coletores. Os sambaquis nos trazem com os seus vestígios conhecimento dessas comunidades que tinham seus hábitos alimentares de conchas com moluscos. Os sambaquis, também conhecidos como concheiros, são a História viva dos povos nômades da pré-história litorânea paulista.

Os indígenas identificados por vários descritores, de Staden à viajantes como Debret no século XIX, falam da festa da Tainha e também do reconhecimento do preparo da farinha e do cultivo da terra.

Com o advento da cana-de-açúcar e depois a monocultura do café no século XIX, pode-se mencionar a presença do escravizado que contribuiu com sua herança alimentar adaptada para esta terra por meio da banana, por exemplo.

A conhecida cultura alimentar caiçara é a junção dos indígenas, europeus e escravizados oriundos em sua maioria de Angola.

Devido ao isolamento do contraforte da Serra do Mar, constituiu-se mais uma forma de exclusão do Litoral em relação ao Planalto, ocasionando desta forma a prática de salgar e secar seus pescados. Os portugueses já preferiam o bacalhau importado, mas na falta dele, utilizavam os tais peixes salgados e os trocavam com outros gêneros alimentícios com as comunidades da Serra acima, porá meio dos tropeiros.

O trabalho de campo de Maranhão e Bueno (2012) nos reporta aos pirões de peixe sendo acrescidos com banana, onde relata que quase não se usava o arroz.

Os peixes mais utilizados são a tainha, a sardinha, peixe-espada, os crustáceos e os moluscos. Alguns, com fazendas criadas no mar em frente às comunidades, embora não se possa deixar de citar que na época da pesca da baleia, depois de retirada a gordura para lampiões e construção civil, eram comidas as carnes.

Nota-se até os dias de hoje o arroz lambe-lambe, que antes era feito somente em caldo com os mexilhões. O bolinho de arroz feito na taioba, a mandioca, tanto cozida no café da manhã, como farinha pilada para o pirão de peixe. O próprio pão de mandioca, conhecido como beiju ou mais contemporaneamente como tapioca, também possuem seu lugar de destaque na memória.

O milho, o mais importante na alimentação, era diferenciado pela sua utilização. O tipo branco pelos portugueses até meados do século XX, os coloridos para os indígenas, assim como o amarelo para os afrodescendentes. O tipo amarelo é hoje o mais consumido por todos, sob a forma de mingau, pamonha, angu (polenta) e as variedades de cozimento *in natura* que vai do cozido ao assado.

Tinha-se acesso aos palmitos originais, como o Juçara da Mata Atlântica, hoje proibida a sua retirada sendo utilizado outro tipo, a pupunha, que tem sido plantada com projetos feitos pelo Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) contra a extinção do Juçara.

Ainda se encontra com roças reduzidas o feijão – guandu, a fruta pão, a batata-doce, a cana, o inhame, frutas como banana, laranja, jaca, araçá, abacate, entre outras e chás como cidreira, capim-limão, boldo, cidreira etc.

Na alimentação das comunidades, pode-se ainda citar pratos que são elaborados com ovos, galinhada, canjica e o tradicional azul marinho (peixe fresco cozido com banana verde).

Pode-se entender que a contribuição de hábitos alimentares saudáveis e o consumo de alimentos do território acaba como consequência uma saúde melhor das comunidades tradicionais. Para tal, a necessidade de um nutricionista que esteja engajado às diferenças peculiares da região, respeitando costumes, crenças, hábitos, e tradições familiares, como por exemplo a ligação à religiosidade no caso do batismo do milho na Aldeia Boa Vista.

A alimentação escolar deixa de ser somente para “matar a fome” e passa a ter embutida nela o pertencimento, a memória, o resgate da cultura local, além de atender as necessidades nutricionais, principalmente nos primeiros anos escolares.

## **2. A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DA CULTURA CAIÇARA**

A alimentação escolar pública tem como finalidade não só acabar com a fome, mas permitir o desenvolvimento cognitivo e social, aumentar o rendimento escolar e promover hábitos alimentares saudáveis nas crianças e adolescentes.

A alimentação é definida por Accioly (2009) como um ato fisiológico e de integração social, que é fortemente influenciado pelas experiências a que são submetidas as crianças e os que estão a sua volta e lhe servem de exemplo.

Inserir alimentos não comuns ao meio, seria apenas um ato de alimentar os grupos como alimento e não como comida, o que evidencia uma tênue linha que os separa, exatamente quando está dissociada do pertencimento.

De acordo com Boccaletto e Mendes (2009), há dois principais ambientes onde as crianças e jovens aprendem e criam novos hábitos e que devem estar em constante diálogo: sua casa e a escola que frequentam. E é nessa última que a criança e o jovem em idade escolar adquirem as noções que poderão formar a base de conhecimento para a concepção de hábitos saudáveis, direitos, possibilidades e autonomia de decisão. A escola é para o aluno um espaço de conhecimento seguro.

Aliado a isso, Cunha (2014) acrescenta que os hábitos alimentares refletem a imagem da pessoa, mas não exclusivamente a imagem corporal, como também afetam a mente cujo desenvolvimento ocorre de acordo as possibilidades ofertadas pela alimentação adotada, sendo assim de extrema importância adotar hábitos saudáveis e adequados a cada fase do desenvolvimento humano. Ainda segundo a imagem da pessoa, ao deixar o lar e começar a frequentar o ambiente escolar, a criança sofre uma clara influência pelo intenso convívio social, o que tende a levar os pequeninos a copiarem os comportamentos alheios, tanto na questão social como na alimentar, e isso pode trazer consequências tanto positivas como negativas.

Somado a isso, deve-se compreender o tripé de relações existentes para cada tipo de região e mais ainda, o respeito pelas tradições das comunidades tradicionais com as arestas assim definidas: comunidade – escola – alimentação. Onde nesse tripé, a ingestão do alimento não seja apenas um objeto dissociado, mas um elemento associativo para a manutenção das tradições de cada grupo, respeitando as suas peculiaridades, construindo assim o valor simbólico do sentido da memória familiar, muito além dos nutrientes que a comida possa possuir.

Fazer uma pesquisa sobre alimento/comida, cultura e tradição alimentar no direito humano à alimentação adequada deve perpassar por cada comunidade como única, embora encontrem-se vários itens em comum quando se trata de uma região como o Litoral Norte Paulista, onde basicamente o mar é o grande fornecedor de proteína animal, posto que em tempos pretéritos a alimentação era associada à pesca e à caça. Essa última, hoje, proibida onde foi automaticamente substituída pela galinha, entre outras aves criadas nos espaços das comunidades. Aves essas facilmente tratáveis.

Considerando que as áreas desses grupos tradicionais estão inseridas em Parques Estaduais, local onde é proibido o desmatamento da vegetação nativa de Mata Atlântica, as plantações conhecidas como “roças” ficaram limitadas, ocasionando a inserção de produtos processados como o fubá na Aldeia Boa Vista (Ubatuba) utilizada no lugar do milho fresco, cozido, assado ou pilado. No mesmo tom, tem-se o caso do Quilombo da Caçandoca que apesar de ter o espaço do Saco da Banana que fornece a fruta, no qual o arroz é substitutivo, tem-se visto cada vez mais presente o mesmo arroz associado ao pirão de peixe; a princípio, feito apenas como acompanhamento para os visitantes do etnoturismo e não mais a banana como complemento no caldo do peixe com a farinha de mandioca.

O arroz nessa comunidade sempre foi o ingrediente principal do prato lambe-lambe (arroz cozido com mexilhão), sendo o prato tradicional para grandes

eventos, assim como a falta do coentro caiçara ou coentro do mato utilizado como tempero nas merendas escolares.

Pode-se entender que a Alimentação Escolar deve respeitar a diversidade, a tradição e a cultura, segundo RAU (2016), por intermédio de Políticas Públicas por meio de Leis e Programas. Outrossim, para além de planejamento envolvendo o estado e as prefeituras dos Municípios para que os recursos contemplem esses alunos tão diferenciados, porém com números reduzidos, para que não haja “... descontinuidade no atendimento, má qualidade dos alimentos, inadequação à diversidade alimentar ...” como Rau cita Trishes (2010), causando má nutrição, obesidade entre outras doenças nas comunidades com hábitos alimentares tradicionais. A exemplo disso, temos as carnes e feijão industrializados, pré-prontos, a falta de temperos frescos, típicos da cultura praiana e os alimentos já processados, enlatados ou com quantidade elevada de sódio, causando doenças genéticas crônicas não transmissíveis advindas dos tipos de etnias.

Deve-se observar a cultura imaterial que está vinculada à comida, que carrega em si mesma não só o combate à fome, mas uma forma de preparar os alimentos que fazem parte do inventário culinário de cada grupo, dando contextualização ao paladar e se a mesma é adequada aos alunos alimentados, que causa nos mesmos um reconhecimento familiar a fim de que afirmem suas tradições dentro do cerne da alimentação.

Onde não há adequação e valorização de cardápio, haverá um silenciamento da cultura alimentar local dos grupos sociais em questão, como as comunidades tradicionais isoladas. Esse procedimento de valoração proporcionará também um reconhecimento e respeito à terra, que no caso desses territórios são a transmissão dos hábitos e costumes trazidos como herança cultural destes povos.

## **2.1 Alimentação escolar como direito fundamental**

São direitos humanos o direito à vida, liberdade, saúde, educação, à moradia, informação, igualdade e à alimentação adequada. A partir de 1948, a Organização das Nações Unidas ONU estabeleceu a Declaração dos Direitos Humanos e o direito à alimentação é parte do escopo da saúde e bem-estar.

No Brasil, a questão alimentar surge em 1954 com a formação da Campanha da Merenda Escolar (CME), sendo que, em 1979, surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é descentralizado em 1994 pela Lei 8.913/94, passando aos estados e municípios a autonomia administrativa, responsabilizando-os ao uso dos recursos para qualidade nutricional da refeição escolar.

Em 1997, o Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) torna-se responsável pela coordenação, fiscalização, cooperação técnica e avaliação da aplicação dos recursos.

Em 2009, criou-se a Lei da Merenda Escolar, Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que vai contemplar os princípios da discriminação, justiça, sustentabilidade, adequação, responsabilidade, transparência, participação e empoderamento.

Esses princípios são melhor especificados da seguinte forma:

1. **Discriminação:** significa que todos os alunos matriculados desde a educação infantil à educação de jovens e adultos têm o benefício da Merenda Escolar.
2. **Justiça:** reporta à equidade (atendimento de cada aluno, segundo suas necessidades) e à igualdade (igualdade de direito para todos os alunos respeitando as diferenças individuais de cada um), incluindo que o benefício seja diferenciado de acordo com a modalidade de ensino, tempo de permanência na escola e localização da mesma (artigo 30 da Resolução CD//FNDE 38/09).
3. **Sustentabilidade:** refere-se à disponibilidade e à acessibilidade a longo prazo. Esse princípio de sustentabilidade enfatiza que 30% deva ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios advindos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, dispensando inclusive as licitações. Reforçado pelo artigo 14, que atribui a compra de desses gêneros alimentícios de comunidades tradicionais, indígenas e comunidades quilombolas, promovendo a redução de custos de transporte e distribuição.
4. **Adequação:** trouxe novas perspectivas em relação à Alimentação advinda de açúcares simples, gorduras trans e saturadas, sal, que se verdadeiramente implantadas as adequações, estas medidas irão prevenir a longo prazo, prejuízos físicos e mentais, e automaticamente, a diminuição no desempenho e aumento da evasão escolar, trazendo em si, no futuro, péssimas condições de trabalho e remuneração derivando um baixo salário que acabará por ter alimentação de baixa qualidade.
5. **Responsabilidade:** Esse item nos reporta aos direitos e às responsabilidades de quem os garante. Significa que as diversas esferas do governo têm que se responsabilizar pela manutenção da qualidade e na falta do governo federal, o estado e o município devem arcar com tal compromisso, conforme destaca o artigo 6º da obrigatoriedade de complementar os recursos financeiros para a compra dos alimentos para a qualidade nutricional da refeição.

6. **Participação:** Todos os atores devem participar da tomada de decisões, o que raramente ocorre para uma alimentação mais adequada, e também deveria acontecer uma participação mais efetiva no diálogo governo X sociedade para uma melhor aplicação do dinheiro público, o que normalmente não ocorre muitas vezes por falta de pessoas mais especializadas nestes direitos.
7. **Empoderamento:** A Lei 11.947/09 refere-se à participação da comunidade, do governo federal, estadual e municipal no controle para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada conforme destaca o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o que também nem sempre acontece.

A Comissão Nacional do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 27 de dezembro de 2004, instituiu com o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2017 a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais com o objetivo de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social pelo estado. Esses povos a partir daí foram definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Os povos que pertencem a esse grupo são indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos etc.

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) preside o CNPCT, que apoia projetos para produção familiar e comércio de alimentos de qualidade, regularidade e em quantidade suficiente para autoconsumo. Esses projetos têm o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

A meta desses projetos é o acesso à Água, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PFAPR).

Foi criado em 2012, pelo MDS e normatizado em 1º de outubro de 2014, o Comitê Técnico dos Povos e Comunidades Tradicionais (CTPCT) a partir do Comitê Técnico da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

(CAISAN) para garantir e apoiar os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) especialmente indígenas e quilombolas.

Esse comitê técnico criado, o CTPCT, possui representantes da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) sendo um dos responsáveis pela institucionalização do Grupo de trabalho de Alimentação Escolar Quilombola, além de ter contribuído pela descentralização da pauta sobre povos e comunidades tradicionais e segurança alimentar e nutricional para os estados e municípios por meio das Câmaras e Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

## **2.2 As comunidades tradicionais isoladas do Litoral Norte**

Os povos e comunidades tradicionais que vivem próximos ao litoral recebem o nome de caiçaras que é associado ao vocábulo tupi-guarani *caá-icara* (homem do mar). Esse termo carrega questões simbólicas e políticas bastante relevantes para aqueles que vivem em comunidades litorâneas. Apesar do termo caiçara não ser um consenso, quando se refere a uma comunidade como caiçara, implica-se refletir nela especificidades. Sua ancestralidade e tradicionalidade, carrega-a de um universo de hábitos, costumes, valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos), (DIEGUES, 2007).

Ressalta-se que as populações caiçaras se formaram nas regiões costeiras dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Espírito Santo, a partir da miscigenação de povos como os portugueses, os indígenas e também escravos. Dessa miscigenação, desenvolveram um modo de vida peculiar, cujas características remetem a uma ocupação histórica de áreas de Floresta Atlântica Costeira e dos ambientes marinhos e estuarinos adjacentes, de modo que suas atividades e hábitos são intimamente vinculados a esse ecossistema e aos recursos que oferecem (HANAZAKI, 2000). Os traços mais fortes da trajetória cultural foram a sobrevivência, baseada nas atividades de agricultura itinerante, na pesca artesanal de subsistência, no extrativismo vegetal e no artesanato; o conhecimento apurado sobre os ciclos naturais; a força da estrutura familiar e o estabelecimento de práticas de ajuda mútua, revelando a presença da cultura caiçara (ADAMS, 2000).

A tradicionalidade no modo de vida, nas relações socioculturais e na relação direta com a natureza é bastante marcada. A principal atividade de trabalho e

renda é a pesca artesanal diversificada de baixa mobilidade. São também bastante comuns práticas e costumes tradicionais, que são transmitidos pelas gerações, como a construção de casas de pau-a-pique, a prática de roças e produção de farinha.

### **2.3 As complicações geográficas que caracterizam o isolamento de Comunidades Tradicionais do Litoral Norte**

Devido às diferentes formas de uso e ocupação da costa paulista, as comunidades tradicionais de pescadores caiçaras sofreram diferentes influências. Alguns grupos se mantiveram unidos em locais relativamente isolados, com pouco acesso e natureza protegida, mantendo seus modos de vida e relações socioculturais bastante semelhantes às antigas gerações e possuem importantes conhecimentos e experiências para conservação ambiental. Outros tiveram seus espaços diminuídos, tendo que conviver com novas atividades e construções, sobretudo turísticas, sendo obrigados a compartilhar o uso dos espaços costeiros e buscar acordos de convivência. Esses mantiveram seus núcleos familiares unidos, porém ficaram expostos a influências socioculturais e adaptações de seus modos de vida. E outros ainda resistiram no meio dos centros urbanos. As áreas da praia foram intensamente urbanizadas, com diferentes atividades econômicas que disputam espaço da praia e do mar com as atividades de pesca, mesmo assim, os pescadores se mantiveram em grupo unido, realizando atividade de pesca e lutando por sua sobrevivência (APAMLN, 2012).

Uma comunidade isolada é aquela que está organizada em comunidades tradicionais, com modo de vida e cultura tradicionais, em ilhas, interior ou entorno de áreas de preservação ambiental (UCs e propriedades privadas) com acesso restrito (trilha, estrada de terra ou somente por mar).

No litoral Norte de São Paulo, as comunidades tradicionais consideradas isoladas são:

<b>Município</b>	<b>Nome</b>
São Sebastião	Ilha do Montão de Trigo
Ubatuba	Bonete
	Puruba
	Picinguaba
	Ubatumirim e Cambuca
	Camburi

Ilhabela	Fome
	Serraria
	Guanxumas
	Eustáquio
	Canto do Ribeirão
	Canto da Lagoa
	Mansa
	Vermelha
	Figueira
	Saco do Sombrio
	Bonete
	Porto do Meio da Ilha dos Búzios
	Guanxumas da Ilha dos Búzios
	Ilha da Vitória

## Comunidade Tradicional de São Sebastião

**Figura 2** – Montão de Trigo



Fonte: Facebook.

O nome Montão de Trigo, de acordo com Silva (2014), deve-se à presença de conjunto rochoso semelhante a um vulcão ou a um monte de trigo. O autor relata que o terreno monteiro é bastante íngreme e possui altitudes que variam de zero a duzentos e oitenta e nove metros. A população, de aproximadamente cinquenta

habitantes, ocupa a face norte da ilha e encontra no mar seu modo de vida. A ilha pertencente ao município de São Sebastião e está localizada a pouco mais de dez quilômetros a partir de Barra do Una, bairro da costa sul da cidade.

Ainda segundo o autor, as atividades econômicas e ocupacionais da comunidade local são uma pequena dose de cultivo vegetal (roça), pesca, atividades domésticas, o ensino escolar que conta com uma professora e a alimentação escolar com uma merendeira; a limpeza das trilhas e a manutenção das embarcações; a atividade artesanal de confecção de remos, miniaturas de embarcações e gaiolas (produção majoritariamente masculina); toalhas, tapetes, bolsas e chapéus de palha (confecção predominantemente feminina). Sua comercialização é voltada principalmente para turistas no continente ou nas próprias ilhas quando aportam algumas embarcações levando mergulhadores e pesquisadores.

Segundo matéria publicada na página da prefeitura municipal de São Sebastião, no ano de 2019, a escola local possuía ao todo onze alunos atendidos em uma única sala de aula multisseriada – que atende alunos de idades e níveis educacionais variados – instruídos por um professor.

## Comunidades Tradicionais de Ilhabela

**Figura 3** – Praia da Fome



Fonte: <https://www.ilhabela.com.br/praias/prai-da-fome/>.

A Praia da Fome fica a aproximadamente 17,7 km do píer do Perequê. A praia possui cerca de cento e vinte e dois metros de extensão. O acesso até ela

pode ser por trilha, com caminhada que dura em torno de uma hora e quarenta minutos partindo de Jabaquara ou pelo mar. A comunidade vive principalmente da pesca, secundariamente de trabalhos de caseiro e transporte de turistas pelas localidades próximas. Algumas das famílias locais possuem plantação e horta para sustento próprio.

Segundo o Relatório da primeira fase do projeto de Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP), do ano de 2012, a comunidade local seria formada por cerca de onze famílias que somariam um total de aproximadamente trinta e cinco pessoas. De acordo com ele, a comunidade não conta com abastecimento de água por rede, ou seja, a população ainda pratica a captação de água em pequenos córregos e cachoeiras. Fazem uso de fossa rudimentar cerca de 90% das famílias e somente cerca de 63% dos moradores possuem energia elétrica.

As comunidades do Jabaquara e da Fome, que são próximas, compartilham o trabalho em barcos pesqueiros. Segundo Ramires et al. (2012), a forma como os pescadores exploram os recursos relativos à pesca é estabelecida por meio do conhecimento adquirido acumulados sobre o ambiente e as espécies de peixes. O autor relata que na praia da Fome existem casas de veraneio que, segundo os pescadores locais, acabaram cercando áreas antes utilizadas como acesso a suas casas e hoje suas famílias precisam percorrer caminhos mais longos para chegar às suas residências.

**Figura 4** – Praia da Serraria



Fonte: <https://www.ilhabela.com.br/praias/prai-da-serraria/>.

A Serraria, como é chamada localmente a praia, está situada a leste de Ilhabela, a cerca de vinte e nove quilômetros a partir do píer do Perequê e o acesso a ela se dá somente pelo mar.

Afirma Rodrigues (2014), citando Anderáos e Colucci (2010), que, segundo dados da Secretaria de Educação de Ilhabela, residem no bairro cerca de setenta e cinco pessoas, integrantes de dezesseis famílias. De acordo com o autor, a Praia da Serraria – até o século XIX chamada Praia dos Embaúbas – teve o primeiro engenho de cana-de-açúcar do município onde trabalhavam negros escravizados trazidos de Angola pelo colono português Francisco Escobar Ortiz, estabelecido em Ilhabela.

Nos conta Rodrigues (2014), que as residências locais se encontram situadas numa pequena faixa plana entre a montanha e o mar e que inserida na comunidade está a Escola Municipal Jornalista Nivaldo Simões que atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental em cuja equipe está D. Tereza Benedita de Jesus, camada a “Vó” da Serraria, há trinta anos trabalhando como merendeira da escola. De acordo com o Relatório da primeira fase do Projeto de Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP), a comunidade da Serraria é uma entre as dezenove, dos quarenta e sete bairros do município onde há escolas e cerca de 16% da comunidade está na faixa etária de zero a 6 anos.

**Figura 5 – Castelhanos**



Fonte: <https://www.ilhabela.com.br/praias/castelhanos/>.

Situada na região leste de Ilhabela, a Baía dos Castelhanos abriga comunidades tradicionais nas praias dos Castelhanos, Praia Mansa, Vermelha, Figueira e Saco do Sombrio. Segundo Martins (2016), vivem na região da Baía dos Castelhanos aproximadamente setenta e cinco famílias, estando quarenta dessas divididas em duas vilas caiçaras (comunidade do Ribeirão e comunidade da Lagoa), situadas, respectivamente, nas extremidades norte e sul da Praia dos Castelhanos.

Relata Martins (2016), que há duas escolas de Ensino Fundamental I, uma na Praia Mansa que atende aos alunos da própria comunidade além dos vindos das praias Vermelha, Figueira e Sombrio. A outra unidade escolar está localizada no Canto do Ribeirão e além de atender os alunos da própria localidade atende aos vindos do Canto da Lagoa. Moradores contratados pela prefeitura são os responsáveis por realizar o transporte dos alunos pelo mar. Os professores dessas unidades costumam passar a semana nessas, retornando para a cidade aos finais de semana.

Segundo o Relatório da Primeira Fase do Projeto de Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP) do ano de 2012, 94,6% das residências não possuem água por rede de abastecimento e 75,7% utilizam fossa rudimentar, 5,4% rede geral de esgoto ou pluvial e o mesmo número despeja o esgoto em águas de rio ou mar, sendo que 8,1% não responderam a esta questão. Somente 13,5% das residências locais contam com abastecimento de energia elétrica. Pouco mais da metade de seus moradores estão na faixa dos 19 aos 59 anos. E 95,45% dos jovens de 10 a 17 anos são alfabetizados. Nessa comunidade, 27% dos chefes de família são do sexo feminino.

**Figura 6** – Praia Mansa



Fonte: <https://www.ilhabela.com.br/praias/praiamansa/>.

A Praia Mansa, de acordo com Martins (2016), tem cerca de cinquenta metros de extensão e é a mais próxima da parte sul de Castelhanos de onde parte uma trilha de acesso a ela e cuja caminhada dura aproximadamente vinte minutos. Segundo a autora, além das residências tradicionais, há um rancho de pesca comunitário, uma câmara fria usada para fabricação de gelo e para o armazenamento de pescados. Relata a autora que a praia é quase toda ocupada por embarcações, redes e materiais de pesca. De acordo com a mesma, esse bairro está localizado fora da área do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) e não há casas de turistas no local. Parte da faixa de areia é utilizada pelos alunos da escola local para a prática das atividades de Educação Física.

Martins (2016) destaca o fato de que uma característica diferencia essa comunidade das demais pela questão de todos os moradores pertencerem a uma mesma família, sendo em sua maioria irmãos. Muitos fazem parte da Associação de Moradores e Pescadores da Baía dos Castelhanos (AMOR Castelhanos) e por seu engajamento conquistaram projetos sociais e de infraestrutura como a implantação de sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto. A autora relata que a escola local atende também às crianças vindas do Saco do Sombrio, Praia da Figueira, Praia Vermelha e de Castelhanos.

Segundo o Relatório da Primeira Fase do Projeto de Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP) do ano de 2012, o bairro possui trinta e dois moradores distribuídos em oito moradias. O lixo da comunidade, segundo o relatório, não é coletado e todos possuem energia elétrica. Os moradores na faixa dos 19 aos 59 anos somam cerca de 5,6% do total e mais de 24% têm de zero a 6 anos de idade. Alfabetizados na faixa dos 10 aos 17 anos somam 66,67% do total. E 22,2% dos responsáveis são do sexo feminino.

**Figura 7 – Bonete**



Fonte: <https://www.ilhabela.com.br/praias/praiado-bonete/>.

A praia do Bonete, localizada na porção sul de Ilhabela, a trinta e sete quilômetros do centro do município, possui cerca de seiscentos e cinquenta metros de extensão. O acesso ao bairro pode se dar por uma trilha de terra, cheia de subidas e descidas íngremes, com aproximadamente treze quilômetros a partir da Ponta da Sepituba. Tal caminhada pode levar de quatro a cinco horas de duração. Outra forma de acesso é por mar por um trajeto que pode durar cerca de uma hora e quarenta e cinco minutos.

Dentre as principais atividades econômicas da comunidade, estão as turísticas tais como bares, restaurantes, pousadas e campings de propriedade dos moradores e transporte de canoas a motor para turistas. A pesca é realizada para sustento de algumas famílias e venda dentro da própria comunidade. Diversas famílias mantêm plantação de mandioca para consumo próprio.

Moreira (2008) afirma que a tradição oral passada pelos mais velhos aos mais jovens ainda exerce importante papel para a comunidade local, com destaque para a instituição familiar como reguladora de condutas e formadora de valores.

Segundo ao Relatório da Primeira Fase do Projeto Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP) no ano de 2012, a comunidade contava com cerca de setenta e cinco famílias

totalizando aproximadamente o número de duzentos e quarenta e três moradores no local. No Bonete, está situada a Escola Municipal Antônio Honório dos Santos que atende as fases de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, sendo que 14,8% da população da comunidade se encontrava na faixa dos 7 aos 14 anos.

**Figura 8** – Ilha dos Búzios



Fonte: <https://www.ilhabela.com.br/ilhas/ilha-dos-buzios/>.

A Ilha dos Búzios abriga as comunidades caiçaras de Guanxumas dos Búzios, Porto do Meio, Pitangueiras, Costeira e Mãe Joana. Apresenta uma área total de cerca de setecentos e quarenta hectares e suas comunidades somam aproximadamente cento e quarenta e quatro pessoas.

No ano de 2018, pelo projeto “Comer e Morar - Viver no Território Tradicional da Mata Atlântica”, uma parceria com Fundação Banco do Brasil e o Instituto Ilhabela Sustentável, teve início um trabalho que buscava realizar o resgate do uso das técnicas de bioconstrução, manejo agroflorestal e culinária caiçara com os moradores das comunidades caiçaras da Praia dos Castelhanos e da Ilha dos Búzios.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, a comunidade do Porto do Meio/Pitangueiras é a que tem o maior número de famílias e indivíduos, com cerca de trinta e seis famílias e um total de cento e nove pessoas, sendo que destas, três não possuem evidências de tradicionalidade.

Não foram encontradas citações específicas sobre essa comunidade no Relatório da Primeira Fase do Projeto 2012 do Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP).

**Figura 9** – Ilha da Vitória



Fonte: <https://www.narwhal.com.br/ilhabela/blog/2014/12/08/ubatuba/ilha-vitoria/>.

Sartorello (2010), citando Angelo (1992), define que o Complexo Vitória pertence ao Parque Estadual da Ilhabela (PEIb), criado no ano de 1977, do qual faz parte a Ilha da Vitória. Ainda de acordo com tal citação, a ilha da Vitória é habitada por cerca de oito famílias com aproximadamente sessenta moradores numa vila que está localizada a uma altitude de aproximadamente cento e trinta metros. Dessa comunidade, fazem parte duas famílias que sobrevivem da pesca e que mesmo com a pouca água disponível no local cultiva mandioca, café, cana-de-açúcar e algumas árvores frutíferas.

Segundo Cardoso e Thomaz Junior (2013), o prédio da escola foi construído no ano de 2003 e é composto por sala de aula, banheiro e acomodação para a professora. O mesmo seria equipado com placas solares para a geração de energia e teria sido uma conquista da comunidade local pela reivindicação pela reabertura da escola da ilha, fechada desde os últimos anos da década de 1980. De acordo com os autores, poucas são as nascentes que fornecem água doce de boa qualidade para o consumo, sendo que durante as estiagens estas se tornam escassas de modo que raras são as residências dotadas de encanamentos, banheiros e esgotamento sanitário.

Não foram encontradas citações sobre essa comunidade no Relatório da Primeira Fase do Projeto 2012 do Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP).

## Comunidades Tradicionais de Ubatuba

**Figura 10** – Puruba



Fonte: <https://www.curiosidadesdeubatuba.com.br/puruba/>.

Puruba está localizada a cerca de vinte e quatro quilômetros ao norte da região central de Ubatuba. Informa Morelli (2010) que, na década de 1970, a comunidade foi dividida pela construção da BR-101, conhecida como rodovia Rio-Santos, de modo que parte dela permaneceu no sertão e parte na praia. E descreve que o acesso a ambas as partes se dá pela rodovia principal e, posteriormente por pequenas estradas secundárias. Segundo a autora, a maior parte dos moradores provêm da mesma família. São aproximadamente cento e dez moradores distribuídos em cerca de cinquenta moradias. A atividade pesqueira local é voltada para consumo próprio. Há uma unidade escolar municipal no caminho que leva à praia e a autora, citando dados da prefeitura municipal de Ubatuba e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirma haver cerca de quatrocentos alunos que a frequentam.

De acordo com Moreli (2010), no sertão, a casa de farinha ainda está ativa e a farinha é feita em pequena escala para uso próprio e comercialização pela redondeza, inclusive a comunidade que mora na parte da praia, denominada vila,

compra a farinha produzida, pois deixou de produzir sua própria. São duas as associações de bairro, a Sociedade Amigos do Puruba (SAPU), que cuida exclusivamente do sertão e a Sociedade Amigos da Praia do Puruba (SAPRAPU), que cuida dos interesses da praia. Em parceria, as duas associações conseguiram que na vila e no sertão, algumas casas tivessem acesso à instalação de fossas sépticas. Ainda segundo a autora, o sistema de abastecimento de água local é formado por água vinda da serra, que encanada, abastece a caixa-d'água local que abastece as moradias. E há coleta de lixo na comunidade.

De acordo com informações contidas no site da prefeitura de Ubatuba, a comunidade possui uma Escola de Ensino Fundamental II que atende a cerca de trezentos e vinte e nove alunos.

**Figura 11** – Picinguaba



Fonte: <https://casalnomade.com/as-melhores-praias-de-picinguaba-ubatuba-sp/>.

O Núcleo Picinguaba, integrante do Parque Estadual da Serra do Mar, teve seu território modificado algumas vezes desde sua criação em 1979 pela incorporação de novas áreas e hoje possui cerca de 47.500 hectares, abrangendo 80% do território total do município de Ubatuba.

A vila de pescadores de Picinguaba faz parte da Unidade de Conservação de Proteção Integral. Fazem parte dessas comunidades tradicionais as populações da

Vila de Pinguaba, Cambury, Sertão da Fazenda e Sertão do Ubatumirim, onde ainda estão vivas as culturas tradicionais caiçara e quilombola.

De acordo com Gama (2018), a unidade escolar do bairro está localizada em frente à praia e atende da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I nos períodos da manhã e da tarde. A unidade possui pequenas salas de aula voltadas para um pátio coberto que faz, entre outros, o papel de refeitório para as crianças. A merenda é preparada na própria escola por suas cozinheiras, moradoras do local.

De acordo com o autor, que cita informações do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017), a escola da Vila de Pescadores contava com noventa e três alunos matriculados da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental I, sendo que parte destes não é moradora da vila, mas dos arredores e, por não terem outra opção, deslocam-se até lá em busca de educação.

**Figura 12** – Camburi



Fonte: <https://muitaviagem.com.br/2018/11/segredos-ubatuba-camburi-cachoeira-do-correia/>.

A comunidade do Camburi está totalmente inserida nos limites do Parque Estadual da Serra do Mar e parcialmente, cerca de 40%, no Parque Nacional da Serra da Bocaina.

A praia de Camburi faz a divisa do estado de São Paulo com o do Rio de Janeiro e está localizada a quarenta e oito quilômetros do centro de Ubatuba. De acordo com o Relatório Técnico-científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Camburi da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, uma possível explicação para a ocupação original do bairro pode ter sido a fuga de escravos vindos de fazendas da região da vizinha Paraty. O Quilombo Camburi tem sua comunidade formada por trinta e nove famílias.

De acordo com o Diagnóstico Técnico, integrante do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha/APAM do litoral Norte do estado de São Paulo (APAMLN) que cita Monteiro (2015), uma parte da área local foi oficialmente reconhecida como quilombo pelo Instituto Terra do Estado de São Paulo (ITESP) no ano de 2005; a outra parte é território da comunidade tradicional caiçara, por sua vez reconhecida pela Fundação Florestal. As principais atividades econômicas da comunidade são a pesca artesanal, a agricultura para consumo próprio, o extrativismo para produção de artesanato e utensílios e serviços relativos ao turismo.

De acordo informações contidas no site da prefeitura de Ubatuba, a comunidade conta com a escola municipal de Ensino Fundamental I que atende a cerca de trinta e seis alunos.

**Figura 13** – Ubatumirim



Fonte: <http://loucosporpraia.com.br/praias-ubatubas/ubatumirim-ubatuba/>.

Ubatumirim está localizada ao norte de Ubatuba, a vinte e oito quilômetros do centro do município. O acesso ao bairro se dá pelo quilômetro dezoito da Rodovia Rio-Santos, a partir desta até chegar à comunidade são cerca de dois quilômetros no sentido sertão.

Segundo o site da prefeitura, a Escola Municipal Manoel Inocêncio Alves dos Santos localizada no Sertão do Ubatumirim, atende a alunos do período do Maternal I até aos do 5º ano do Fundamental I e hoje conta com aproximadamente cento e cinco alunos.

### 3. ANÁLISE DESCRITIVA DAS ESCOLAS EXISTENTES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS ISOLADAS DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

#### Município de São Sebastião

São Sebastião possui uma unidade escolar em comunidade caiçara tradicional localizada na Ilha do Montão de Trigo. A escola conta com dois funcionários. Possui dois alunos da Educação Infantil, quatro do Ensino Fundamental I e um do Fundamental II. Os alunos são atendidos em uma sala multisseriada – que inclui alunos de idades e níveis educacionais diversos – instruídos por um mesmo professor. A unidade está equipada com Laboratório Didático Móvel.

#### Ilhabela

Ilhabela mantém oito unidades escolares em comunidades caiçaras tradicionais: Ilha de Vitória, Guanxumas da Ilha de Búzios, Porto do Meio também em Ilha de Búzios, Praia da Fome, Praia da Serraria, Castelhanos, Praia Mansa e, a maior delas, na Praia do Bonete.

##### **Ilha de Vitória**

A escola possui dois funcionários e está organizada por ciclos. Fornece água filtrada e alimentação aos alunos. Possui um aluno de pré-escola, quatro do Ensino Fundamental I e seis do Fundamental II.

Matrículas 1º ano EF	1
Matrículas 2º ano EF	0
Matrículas 3º ano EF	0
Matrículas 4º ano EF	2
Matrículas 5º ano EF	1
Matrículas 6º ano EF	3
Matrículas 7º ano EF	1
Matrículas 8º ano EF	1
Matrículas 9º ano EF	1

A escola possui banheiro e cozinha. E não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura ou quadra de esportes. Está equipada com televisão e aparelho de DVD. O abastecimento de água se dá por poço artesiano. O de energia elétrica não se dá por rede pública. Há fossa para o esgoto e a coleta

seletiva de lixo é periódica. Não possui acesso à internet. Tem um computador para uso administrativo

### **Ilha de Búzios (Guanxuma de Búzios, Porto do Meio)**

A escola possui dois funcionários e está organizada por ciclos. Fornece água filtrada e alimentação aos alunos. Possui um aluno de pré-escola, três do Ensino Fundamental I e sete do Fundamental II.

Matrículas 1º ano EF	1
Matrículas 2º ano EF	0
Matrículas 3º ano EF	2
Matrículas 4º ano EF	0
Matrículas 5º ano EF	0
Matrículas 6º ano EF	3
Matrículas 7º ano EF	0
Matrículas 8º ano EF	3
Matrículas 9º ano EF	1

A escola possui banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura ou quadra de esportes. Está equipada com televisão. O abastecimento de água se dá por poço artesiano. O de energia elétrica não se dá por rede pública. Há fossa para o esgoto e a coleta seletiva de lixo é periódica. Não possui acesso à internet. Tem um computador para uso administrativo.

### **Praia da Fome**

A escola possui dois funcionários e está organizada por ciclos. Fornece água filtrada e alimentação aos alunos. Possui quatro alunos do Ensino Fundamental I e quatro do Fundamental II.

Matrículas 1º ano EF	1
Matrículas 2º ano EF	1
Matrículas 3º ano EF	1
Matrículas 4º ano EF	0
Matrículas 5º ano EF	1
Matrículas 6º ano EF	1

Matrículas 7º ano EF	1
Matrículas 8º ano EF	1
Matrículas 9º ano EF	1

A escola possui banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura ou quadra de esportes. Está equipada com televisão. O abastecimento de água se dá por poço artesiano. O de energia elétrica não se dá por rede pública. Há fossa para o esgoto e a coleta seletiva de lixo é periódica. Não possui acesso à internet. Tem um computador para uso administrativo.

### **Serraria**

A Escola Municipal Praia da Serraria Jornalista Nivaldo Simões possui dois funcionários e está organizada por ciclos. Fornece água filtrada e alimentação aos alunos. Possui três alunos da pré-escola, seis alunos do Ensino Fundamental I, oito do Fundamental II.

Matrículas 1º ano EF	0
Matrículas 2º ano EF	3
Matrículas 3º ano EF	0
Matrículas 4º ano EF	2
Matrículas 5º ano EF	1
Matrículas 6º ano EF	0
Matrículas 7º ano EF	2
Matrículas 8º ano EF	3
Matrículas 9º ano EF	3

A escola possui banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura ou quadra de esportes. O abastecimento de água se dá por poço artesiano. O de energia elétrica não se dá por rede pública. Há fossa para o esgoto e a coleta seletiva de lixo é periódica. Não possui acesso à internet. Tem um computador para uso administrativo.

### **Castelhanos**

A Escola Municipal de Castelhanos atende alunos do Canto do Ribeirão, dos Castelhanos e recebe alunos do Ensino Médio da Praia Mansa, que ao todo somam 29 alunos. A escola possui cinco funcionários e está organizada em ciclos.

Fornece água filtrada e alimentação aos alunos. Possui dois alunos na pré-escola, cinco no Ensino Fundamental I e sete no Fundamental II.

Matrículas 1º ano EF	1
Matrículas 2º ano EF	0
Matrículas 3º ano EF	2
Matrículas 4º ano EF	1
Matrículas 5º ano EF	1
Matrículas 6º ano EF	1
Matrículas 7º ano EF	2
Matrículas 8º ano EF	3
Matrículas 9º ano EF	1

A escola possui banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura ou quadra de esportes. Está equipada com televisão, aparelho de DVD. O abastecimento de água se dá por rio. O de energia elétrica não se dá por rede pública. Há fossa para o esgoto e a coleta seletiva de lixo é periódica. Não possui acesso à internet. Tem um computador para uso dos alunos e outro para o administrativo.

### **Bonete**

A Escola Municipal Antônio Honório dos Santos possui sete funcionários e é organizada em ciclos. A alimentação escolar é fornecida aos alunos e possui água filtrada. A escola possui seis professores, um para Educação Infantil, um para primeiro e segundo ano (sala multisseriada), outro para terceiro, quarto e quinto anos (sala multisseriada) e três professores que dividem as matérias do Fundamental II.

Número de alunos atendidos em 2020: quatro alunos de pré-escola, vinte e quatro do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I, quinze do sexto ao nono ano do fundamental II e um aluno da Educação Especial.

Matrículas 1º ano EF	6
Matrículas 2º ano EF	3
Matrículas 3º ano EF	9
Matrículas 4º ano EF	4
Matrículas 5º ano EF	2

Matrículas 6º ano EF	2
Matrículas 7º ano EF	5
Matrículas 8º ano EF	5
Matrículas 9º ano EF	3

A escola possui banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura ou quadra de esportes. Está equipada com impressora, televisão, aparelho de DVD. A energia da escola é abastecida por gerador. A água utilizada vem do rio. A escola possui fossa para o esgoto e o lixo é coletado periodicamente. Dispõe de internet banda larga e o número de computadores para uso de alunos era quatro, além do utilizado pelo administrativo. As dependências da escola não são acessíveis a portadores de deficiências.

### **Praia Mansa**

A E. M. Professor João Antônio César atende as comunidades do Sombrio, Figueira e Praia Vermelha, recebendo ao todo 22 alunos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Fundamental II. A escola possui três funcionários e organização por ciclos. Fornece água filtrada aos alunos e alimentação. Possui dois alunos na pré-escola, quatro no Ensino Fundamental I e sete no Fundamental II.

Matrículas 1º ano EF	0
Matrículas 2º ano EF	1
Matrículas 3º ano EF	1
Matrículas 4º ano EF	2
Matrículas 5º ano EF	0
Matrículas 6º ano EF	2
Matrículas 7º ano EF	1
Matrículas 8º ano EF	4

A escola possui banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratório de ciências ou informática nem sala de leitura, de atendimento especializado, sala dos professores, diretoria e quadra de esportes. Está equipada com televisão. O abastecimento de água se dá por poço artesiano e o de energia não ocorre por rede pública. Há fossa para o esgoto e coleta de lixo periódica. A escola possui acesso à internet por banda larga e um computador para uso dos alunos e outro para uso administrativo.

## Ubatuba

### Camburi

A Escola Municipal Maria do Carmo Soares possui cinco funcionários e está organizada por ciclos. Conta com água filtrada e fornece alimentação aos alunos. Possui quinze alunos na pré-escola e vinte e oito no Ensino Fundamental I.

Matrículas 1º ano EF	8
Matrículas 2º ano EF	5
Matrículas 3º ano EF	6
Matrículas 4º ano EF	4
Matrículas 5º ano EF	5

A escola tem banheiro e cozinha. Não possui biblioteca, laboratórios de ciências ou informática nem sala de leitura, de atendimento especializado, nem sala de professores ou diretoria. A escola não está equipada com quadra de esportes. Possui impressora e um computador de uso administrativo. Tem banda larga para conexão com a internet. O abastecimento de água se dá por poço artesiano e o de energia por rede pública. Possui fossa para o esgoto e há coleta periódica do lixo.

### Picinguaba

A Escola Municipal Professor Iberê Ananias Pimentel possui sete funcionários e não é organizada por ciclos. Possui água filtrada e a alimentação é fornecida aos alunos. Número de alunos atendidos em 2020: sete alunos de creche, vinte e um de pré-escola, sessenta e três de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I, dois da Educação Especial.

Matrículas 1º ano EF	13
Matrículas 2º ano EF	14
Matrículas 3º ano EF	12
Matrículas 4º ano EF	16
Matrículas 5º ano EF	8

A escola possui banheiro e cozinha. Tem sala de professores e diretoria. Não possui biblioteca, nem laboratórios de ciências ou informática, sala de leitura, sala de atendimento especial e não tem quadra de esportes. Está equipada com televisão e impressora. Tem internet banda larga e seis computadores para uso dos alunos

e um para o administrativo. O abastecimento de água é por poço artesiano e da energia por rede pública. Possui fossa para o esgoto e a coleta de lixo é periódica.

### **Puruba**

A Escola Municipal José Belarmino Sobrinho possui dezenove funcionários e é organizada em ciclos. Possui água filtrada e a alimentação é fornecida aos alunos. Número de alunos atendidos em 2020: vinte e nove alunos de pré-escola, noventa e três do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I, duzentos e treze do Fundamental II e cinco da Educação Especial.

Matrículas 1º ano EF	15
Matrículas 2º ano EF	19
Matrículas 3º ano EF	26
Matrículas 4º ano EF	16
Matrículas 5º ano EF	17
Matrículas 6º ano EF	57
Matrículas 7º ano EF	53
Matrículas 8º ano EF	54
Matrículas 9º ano EF	49

A escola possui banheiro, cozinha, biblioteca, quadra esportiva, sala para diretoria, para professores e de atendimento especial. Não possui laboratórios de ciências ou informática, nem sala de leitura. E está equipada com copiadora e retroprojeto. Possui internet banda larga e um computador para uso administrativo. A energia é abastecida por rede pública. A água vem do rio. Possui fossa para o esgoto e o lixo é coletado periodicamente. As dependências da escola não são acessíveis aos portadores de deficiências.

### **Ubatumirim**

A Escola Municipal Manoel Inocêncio Alves dos Santos possui nove funcionários e está organizada por ciclos. Possui água filtrada e fornece alimentação aos alunos. Possui trinta e três alunos em fase de creche; vinte e seis na pré-escola e quarenta e sete do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I.

Matrículas 1º ano EF	11
Matrículas 2º ano EF	8
Matrículas 3º ano EF	15
Matrículas 4º ano EF	9
Matrículas 5º ano EF	4

Possui banheiro e cozinha. Tem quadra de esportes. Não possui biblioteca, sala de leitura, laboratórios de ciências ou informática nem salas de diretoria, sala dos professores ou de atendimento especializado. Está equipada com impressora. O abastecimento de água se dá pelo rio e o de energia por rede pública. Possui fossa para o esgoto e o lixo é coletado periodicamente. Possui internet banda larga e um computador de uso administrativo.

### **Análise descritiva da logística da alimentação escolar nas comunidades tradicionais do Litoral Norte Paulista**

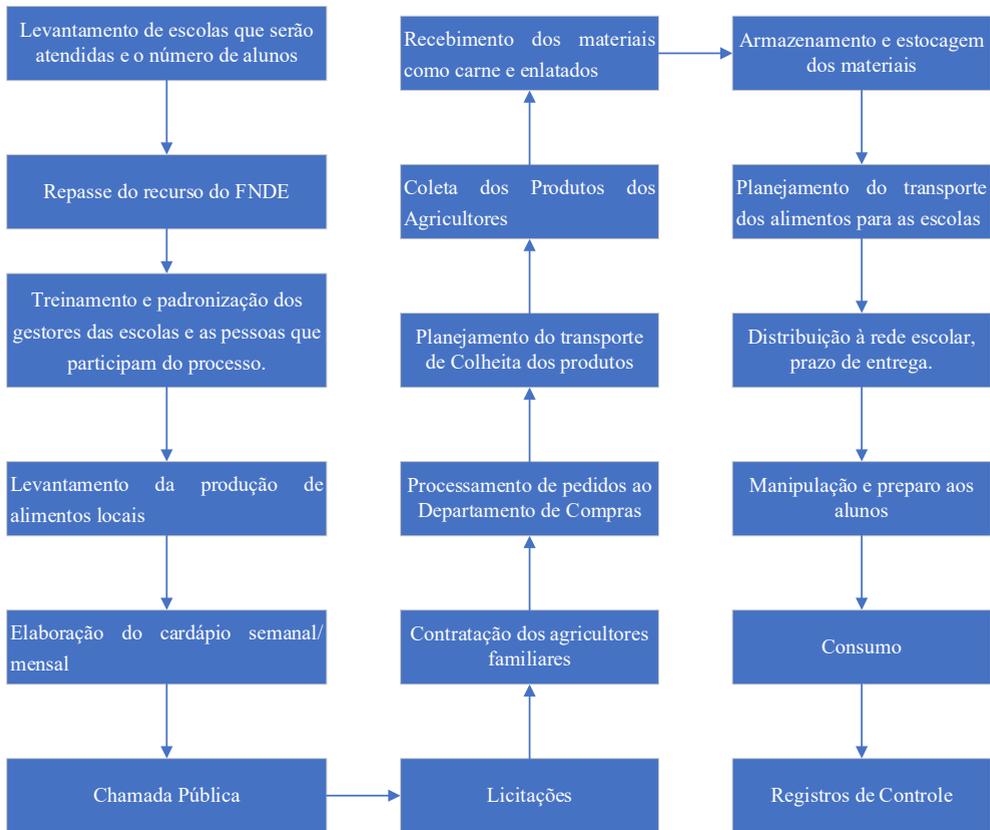
Quando se pensa em logística, especificamente na alimentação escolar, deve-se pensar em toda a complexidade do Processo e não simplesmente na captura dos alimentos e na sua entrega.

A logística começa com um planejamento, implementação e controle do fluxo dos insumos segundo a demanda que é controlada baseada no Censo Escolar em função do recurso financeiro que é transferido pelo governo federal e controlado pelo Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo a Lei Federal 11.947 de 16 de julho de 2009. Ainda se inclui a cadeia de produção, a cadeia de abastecimento, o recebimento dos materiais, o armazenamento do estoque, a cadeia de distribuição, as compras, o relacionamento com os fornecedores e toda a complexidade da administração pública.

Dessa forma, tem-se que escolher várias ferramentas de qualidade para periodicamente se avaliar se o processo está tendo suas finalidades cumpridas como a satisfação do público alvo, perfeito atendimento de prazos para entrega, minimizar os custos, assegurar a qualidade, um preciso controle de estoque e finalmente o consumo de forma adequada.

Os passos a serem seguidos dentro da logística da administração pública tem uma sequência, que começa sempre com o planejamento e que deverá ser avaliado periodicamente.

**Figura 14** – Fluxograma do processo logístico da alimentação escolar



Fonte: FNDE. Organizado pelos autores.

Como se pode observar, o Processo Logístico para administração Pública em relação à alimentação das escolas nas comunidades tradicionais requer muito planejamento.

Depois do processo iniciado, normalmente as merendeiras informam os dados: de quantos alunos estão presentes; quanto se tem gasto e quanto se precisa de insumos para a alimentação semanal para o gerente da escola; e o mesmo repassa a informação para a administração da prefeitura que vai processar os dados de cada escola.

A demanda por escola é extremamente complexa, pois a mesma é variável para mais ou para menos. No caso das comunidades tradicionais, que possuem poucos alunos, as mesmas mantêm mais regularidade, mas podem ocorrer alterações.

Deve-se observar que nas escolas de comunidades tradicionais, faz-se necessário utilizar alimentos menos processados e o mais possível estar contextualizado dentro da cultura de cada comunidade.

Os gestores dos municípios também deverão ter técnicos especializados em logística para que seus custos sejam minimizados após uma reavaliação dos passos já mencionados anteriormente e a oferta da alimentação seja da melhor qualidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Evidenciamos aqui que os atores do processo gerencial da Alimentação Escolar do Litoral Norte Paulista têm dois grandes desafios: romper as barreiras geográficas das comunidades tradicionais que se encontram distantes dos eixos centrais de abastecimento e o fornecimento dos insumos que estejam relacionados à cultura e à tradição dessas mesmas comunidades.

Este trabalho fez uma pesquisa sobre esses desafios que diariamente são enfrentados pelos governos da região tentando achar uma solução “ótima” para os problemas observados dentro do que propõem a União, que é a de manter a alimentação escolar para todos e especificamente para comunidades tradicionais dentro dos seus preceitos alimentares.

As mudanças ocorridas com o espaço nas comunidades também trouxeram grandes prejuízos à agricultura familiar tradicional, que fará com que a maior consequência seja o desconhecimento dos hábitos ancestrais e também do que tem ocorrido: o deslocamento de seus moradores para empregos externos como pedreiros, jardineiros; empregadas domésticas, babás etc.

O conhecimento tradicional, em contrapartida, é baseado em sustentabilidade, conservação do espaço e território, conservação cultural e biodiversidade.

Sabe-se que os núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), apesar de projetos de incentivo, mantêm diretrizes estaduais da não liberação de mais áreas destinadas à agricultura tradicional de manejo. Essa questão já resolveria parte do problema, posto que não precisariam deslocar os alunos (como o caso de Picinguaba) ou a questão da entrega em uma ilha (como o caso da Ilha Vitória e Montão de trigo) ou ainda distâncias com difícil acesso como ocorre em Castelhanos.

Existem possíveis soluções a longo prazo, pelas quais se aproveitam os espaços para que se mapeiem as diversas vegetações existentes e a partir daí, abra-se uma área de plantio que forneça sustentabilidade aos moradores. Área essa que os mesmos já possuem. Nesse caso, poder-se-iam construir pequenos locais de estocagem em cada escola tradicional e a mesma se manteria com os produtos

locais ou ainda no caso sazonal, a prefeitura entraria com sua ação na medida que minimizaria os seus custos como um todo. Além da preparação dos responsáveis pela merenda, com cursos formativos das culturas com quem iriam trabalhar.

O incentivo dado aos moradores das comunidades tradicionais seria visto, também, como um reconhecimento aos povos tradicionais de forma a manter seus hábitos, evitando doenças nos jovens e crianças no futuro, devido a uma alimentação mais adequada, já reconhecida milenarmente pelos seus ancestrais.

Essa medida promoveria uma solução para o problema da cultura de subsistência e da manutenção dos seus moradores nos seus locais de origem, onde fazem o papel de multiplicadores da própria cultura, dando aos mais jovens a manutenção de suas raízes.

Por fim, tendo-se o alimento na comunidade, o governo municipal pode comprar diretamente sem licitação, evitando os custos quando deslocados de outros eixos de armazenamento, o que já é uma realidade quando se pensa em alimentos adquiridos da agricultura familiar.

Garantir a alimentação escolar dentro dos padrões estabelecidos pelo PNAE, mas considerando a realidade de cada comunidade tradicional para também garantir o atendimento das características culturais e socioambientais, deve ser um norte para as políticas públicas municipais. As comunidades tradicionais têm muito a nos ensinar quando se pensa em qualidade de vida, preservação da natureza e respeito aos conhecimentos tradicionais e isso deve ser preservado, inclusive por meio da alimentação escolar.

Agradecemos as informações prestadas pelos responsáveis pela Alimentação Escolar dos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba que contribuíram para a construção deste trabalho. Muito precisa ser feito ainda nesta questão pesquisada, e o trabalho fica em aberto para novas propostas.

Reflexões

Prof. Dr. Oduvaldo Vendrametto

## REFERÊNCIAS

ACCIOLLY, Elisabeth. A escola como promotora da alimentação saudável. *Ciência em Tela*. Volume 2, número 2. 2009. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/03/A-escola-como-promotora-da-alimentacao-saudavel.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa científica versus Planejamento e Gestão Ambiental. São Paulo: Annablume Editora e Comunicação, 2000.

APAMLN. Diagnóstico Técnico - Produto 2 Meio Socioeconômico – APAMLN. Disponível em: [https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM\\_LN/APAMLN\\_Socio%20Geral.pdf](https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LN/APAMLN_Socio%20Geral.pdf). Acesso em: 25 abr. 2021.

APAMLN. Mapeamento Dinâmico da Situação da Criança e do Adolescente da Estância Balneária de Ilhabela (SP) – Relatório da Primeira Fase do Projeto – 2012. Disponível em: [http://www.painelpesquisas.com.br/relatorio\\_1a\\_fase%20-%202011-03-13%20sem%20rankings.pdf](http://www.painelpesquisas.com.br/relatorio_1a_fase%20-%202011-03-13%20sem%20rankings.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.

APAMLN. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha/APAM do litoral Norte do Estado de São Paulo (APAMLN). Disponível em: [https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM\\_LN/APAMLN\\_Socio\\_Comunidades%20Tradicionais.pdf](https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LN/APAMLN_Socio_Comunidades%20Tradicionais.pdf). Acesso em: 28 abr. 2021.

BOCCALETTO, Estela Marina Alves e MENDES, Roberto Teixeira (organizadores). Alimentação, atividade física e qualidade de vida dos escolares do município de Vinhedo/SP / - Campinas: IPES Editorial, 2009.

CARDOSO, Eduardo Schiavone & Thomaz Junior, Antonio. (2013). Ilhéus do Litoral Norte Paulista – Espaço, Pesca e Trabalho. Revista Do Departamento De Geografia, 25, 164-182. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2013.0025.0009>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CHAVES, Lorena Gonçalves *et al.* O Programa Nacional de Alimentação Escolar Promotor de Hábitos Alimentares Regionais. Revista Nutrição, Campinas, 22(6):857-866, nov. /dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rn/v22n6/v22n6a07.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CUNHA, Luana Francieli da. A Importância de uma Alimentação Adequada na Educação Infantil. 2014. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

CUNHA, Odete Andreoli e OLIVEIRA, Juliana Moreira Prudente de. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do professor PDE. Artigos 2014. Volume I. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unioeste\\_bio\\_artigo\\_odete\\_andreoli\\_cunha.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_bio_artigo_odete_andreoli_cunha.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

DIEGUES, A. C. S. O Vale do ribeira e o Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população. 2007. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>.

DROGUETT, Juan; FONSECA, Jorge Otávio. Ubatuba: espaço, memória, cultura. Arte e Ciência Editora. São Paulo. 2005. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lf1s9q7D5uYC&oi=fnd&pg=PA15&q=comunidade+Praia+Grande+do+Bonete,+Ubatuba&ots=EO1oVKEJ\\_&sig=eAfyQVelQxy7Iop\\_wqfHkIhGJj8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lf1s9q7D5uYC&oi=fnd&pg=PA15&q=comunidade+Praia+Grande+do+Bonete,+Ubatuba&ots=EO1oVKEJ_&sig=eAfyQVelQxy7Iop_wqfHkIhGJj8#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 28 abr. 2021.

GAMA, Vitor Paulo Fida da. Puxando redes do mar: as representações sociais dos docentes da escola da Vila de Pescadores de Picinguaba - Ubatuba. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2016/dissertacoes/mpe/b/Vitor-Paulo-Fida-da-Gama.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

HANAZAKI, N. Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta. Campinas, Tese Doutorado Instituto de Biologia. Universidade de Campinas. 193p, 2001.

ISSA, Raquel Carvalho, Moraes, Leticia Freitas, Francisco, Raquel Rocha Jabour, Santos, Luana Caroline, Anjos, Adriana Fernandez Versiani dos, Pereira, Simone Cardoso Lisboa. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. Rev Panam Salud Publica. 2014;35(2):96–103. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/rpvp/v35n2/a03v35n2.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rpvp/v35n2/a03v35n2.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

MARANHÃO, Ricardo Frota de Albuquerque; Bueno, Marielys Siqueira. Gastronomia, Sustentabilidade e Turismo na Praia de Caçandoca, Ubatuba (São Paulo-Brasil). Turismo em Análise. Vol 3. Dez 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/52437/56431>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MARCONDES, Daniella; Corrêa, Cynthia H. W. Tecnologias da informação e comunicação na promoção de empreendimentos locais nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela (SP). Caderno Virtual de Turismo, vol. 16, núm. 2, abril, 2016, pp. 168-182 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115448575011.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MARTINS, Ligia Perissinoto Tavares. Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos, Ilhabela, SP. – São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-16022017-115401/publico/ligiaperissinoto.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MENEGATTO, Matheus Sartori. Coremática Insular: Uma teoria para a modernização gráfica de ilhas e arquipélagos; o exemplo da ilha Montão de Trigo (SP)/ São Paulo, 2017. 192f. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30012018-185833/publico/2017\\_MatheusSartoriMenegatto\\_VCcorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30012018-185833/publico/2017_MatheusSartoriMenegatto_VCcorr.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.

MOREIRA, Sílvia. O saber e fazer da comunidade tradicional caiçara da praia do Bonete na Ilhabela. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13432>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MORELLI, Grazielle Alves de Souza, 1977- Cotidiano e territorialidades de uma comunidade caiçara: Puruba, Ubatuba, SP. / Grazielle Alves de Souza Morelli. - 2009. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/16075/1/CotidianoTerritorialidadesComunidade.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PAULA, Luis Roberto de. Relatório Técnico-científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Camburi. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - 2002. Disponível em: [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC\\_Cambury.pdf](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Cambury.pdf). Acesso em: 2 abr. 2021.

RAMIRES, Milena *et al.* Artisanal fishing and fishermen of Ilhabela - São Paulo State - Brazil. Boletim do Instituto de Pesca, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 231-246, nov. 2018. ISSN 1678-2305. Available at: <https://www.pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/959>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RAU, Raquel. Modos de comer, modos de viver: Um olhar sobre o programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul. 2016. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158187/001019703.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 abr. 2021.

RODRIGUES, Luis Filipe Pereira Lima Vieira. Serraria bem na foto: Um olhar sobre nós mesmos. São Sebastião, SP: Ambiental Litoral Norte, 2014.

SARTORELLO, Ricardo. Ilhas do litoral norte do estado de São Paulo: paisagem e conservação. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. doi: 10.11606/D.8.2010.tde-19072010-135902. Acesso em: 2021-04-24. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-19072010-135902/publico/2010\\_Ricardo\\_Sartorello.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-19072010-135902/publico/2010_Ricardo_Sartorello.pdf). Acesso em: 24 abr. 2021.

SILVA, Luiz Rogério Filho. Agricultura familiar na merenda escolar: a logística integrada no desenvolvimento do Programa Nacional da Alimentação Escolar nas terras do Paraitinga. 2016. Monografia de Especialização do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (Departamento Acadêmico

de Gestão e Economia). Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/21253>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SIQUEIRA, Renata Lopes de; Cotta, Rosângela Minardi Mitre; Ribeiro, Rita de Cássia Lanes; Sperandio, Naiara; Priore, Sílvia Eloíza. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Departamento de Nutrição e Saúde, Universidade Federal de Viçosa. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n1/1413-8123-csc-19-01-00301.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SOUZA, Roni Henrique de; Tomasi, Cristiane Damiani; Birollo, Ioná Vieira Bez; Ceretta, Luciane Bisognin; Ribeiro, Rita Suselaine Vieira. Educação alimentar e nutricional: relato de experiência. Revista do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica / Saúde da Família. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/prmultiprofissional/article/view/3036/2800>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TRICHES, Rozane Márcia. Reconnectando a Produção ao Consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar. 2010 Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61938/000866516.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 abr. 2021.

## SITES:

Q EDU. Lista Completa de escolas, cidades e estados. Disponível em: <https://gedu.org.br/busca>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FALA CARAGUÁ. São Sebastião Comunidade da Ilha do Montão de Trigo ganha escola totalmente reformada. Disponível em: <https://falacaragua.com.br/sao-sebastiao-comunidade-da-ilha-do-montao-de-trigo-ganha-escola-totalmente-reformada/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Comunidades Tradicionais recebem incentivo para bioconstrução, manejo agroflorestal e culinária caiçara. (2019). Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/identidadevisual/tag/ilha%20de%20b%C3%BAzios>. Acesso em: 24 abr. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO. Comunidade da Ilha do Montão de Trigo ganha escola totalmente reformada. Disponível em: <http://www.saosebastiao.sp.gov.br/noticia.asp?id=N1442019101326>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA – Plano de Manejo – Resumo Executivo. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2018/07/resumo-executivo.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR – PICINGUABA. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesm/nucleos/picinguaba/sobre/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

REVISTA DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO BÁSICA/Saúde da Família. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/prmultiprofissional/article/view/3036/2800>. Acesso em: 21 abr. 2021.

STEVANIM, Luiz Felipe. Territórios Protegidos: Comunidades caiçaras se organizam para vencer a covid-19 e preservar suas tradições. 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/territorios-protegidos>. Acesso em: 28 abr. 2021.

